

MEC



Educação para todos

685

Presidente da República Federativa do Brasil
José Sarney

Ministro da Educação
Marco Maciel

Exposição de Motivos nº 125, de 31 de maio de 1985

“De acordo. Aprovo. Em 31/5/85.”

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Em cumprimento à determinação de Vossa Excelência, trago a sua presença a proposta Educação para Todos — Caminho para Mudança, tendo como objetivo possibilitar a universalização dessa modalidade de ensino, assegurados satisfatórios padrões de qualidade.

Inspirada em diretriz contida no documento Compromisso com a Nação, a proposta Educação para Todos — Caminho para Mudança contempla, em sua fase inicial, uma série de medidas relacionadas com a implantação de programas de aperfeiçoamento e valorização do corpo docente, distribuição de livro didático e material escolar, fornecimento de merenda e, ainda, expansão e recuperação das unidades escolares.

Nestas condições, tenho a honra de submeter a referida proposta à aprovação de Vossa Excelência.

Reitero a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

Marco Maciel

Educação para todos – Caminho para mudança

O compromisso maior da Nova República, em resposta aos anseios nacionais, é a construção da democracia e a promoção do desenvolvimento com justiça. Essa tarefa exige, prioritariamente, resgatar a enorme dívida social que vem alcançando inquietantes proporções e reclamando uma pronta e decisiva ação por parte do Estado e da sociedade. A educação deverá ser, então, efetivada com uma ação eminentemente democrática, tratada dentro de uma perspectiva ampla e global requerida pela sociedade. A educação básica, direito de todos os cidadãos e de plena responsabilidade da sociedade brasileira, deverá alcançar sua universalização com a participação ativa de todos os seus segmentos.

Nesse contexto, a questão educacional avulta como componente crítico da problemática social brasileira – especialmente no que diz respeito ao ensino básico, mercê de sua importância na formação das novas gerações.

Em verdade, as dificuldades que permeiam a educação básica são vastas e complexas. Os esforços e recursos aplicados para suplantá-las só produzem resultados seguros, a médio e longo prazos. Há, no entanto, um inalienável compromisso a que a nação brasileira não pode faltar: o de enfrentar o desafio de universalizar o acesso à

escola, vencer o analfabetismo e proporcionar um atendimento educativo em crescentes níveis de qualidade.

É bem de ver-se, além disso, que a questão educacional, à medida que se inscreve como dimensão da política social, não pode ser resolvida através de ações isoladas que dispersem a mobilização da sociedade. Como parte dessa mobilização, faz-se necessário o empenho consciente do sistema educacional, em todas as suas esferas e níveis, no desenvolvimento da descentralização dos processos de planejamento, execução e avaliação das ações educativas.

Um plano para a educação básica brasileira deve, portanto, resultar de um pacto entre o Estado e a sociedade. Deve, também, ser um projeto aberto à discussão e revisão permanentes. Não será obra acabada, mas passo voltado para a consecução das metas associadas à superação dos problemas da educação básica nacional.

É importante, pois, a participação de todos os grupos sociais que possam aportar solidariamente os recursos políticos, humanos, técnicos e financeiros à consecução dessa vontade nacional.

A educação básica é aqui entendida como aquela que venha a possibilitar a leitura, a escrita e a compreensão da língua nacional, o domínio dos símbolos e operações matemáticas básicas, bem como o domínio dos códigos sociais e outras informações indispensáveis ao posicionamento crítico do indivíduo face à sua realidade. A educação básica extrapola os limites da ação meramente escolar e passa a compreender ações educativas para outros segmentos da população brasileira que não tiveram acesso à escolarização ou dela ficaram alijados prematuramente. Nesse sentido, compreenderá também o atendimento a toda a população jovem e adulta não escolarizada

pelo ensino regular.

A Nova República dispõe-se a realizar essa empresa. Levá-la a cabo depende da determinação do Governo e da participação da sociedade brasileira.

A questão da educação básica

No Brasil, vários fatores contribuem de maneira decisiva para agravar os problemas da educação básica — a exemplo do centralismo administrativo, das desigualdades regionais, dos baixos níveis de renda e das notórias carências alimentares e de saúde de grande parte da população. A essas causas se somam outras, mais específicas do setor educacional, como insuficiência e má distribuição espacial da rede escolar, inadequada formulação dos currículos, deficiências na formação e baixos padrões de remuneração dos professores, dentre outros.

Além dos 20 milhões de analfabetos no País — 1/4 da população com idade igual ou superior a 15 anos —, cerca de 8 milhões de crianças em idade escolar jamais tiveram acesso à escola ou dela se afastaram precocemente, antes de completar os quatro anos de estudos regulares.

Essa situação é tanto mais crítica quando se verifica a sua exacerbação, nos anos recentes. Com efeito, na década de 70, pela primeira vez nos

últimos 50 anos, as matrículas nas quatro séries iniciais do 1º grau cresceram em ritmo inferior à população.

A reversão desse quadro, que oferece perspectivas sombrias para o futuro do País, passa inevitavelmente pela universalização do ensino básico. Nesse sentido, é indispensável que sejam enfrentados os seguintes problemas:

Falta de uma consciência nacional sobre a importância político-social da educação

A sociedade brasileira vem convivendo com perfil educacional insatisfatório diante do nível de desenvolvimento econômico que alcançou e das suas próprias expectativas de justiça e equidade social no compartilhamento dos frutos do progresso.

As repercussões desse perfil no comportamento social diante da questão educacional devem examinar-se segundo dois eixos de observação.

O primeiro diz respeito a como a grande massa da população percebe a importância da escola, do processo de ensino-aprendizagem e do desenvolvimento técnico, científico e cultural como instrumentos de ascensão social e de efetiva participação política. Nesse caso, o vetor é pobre e frágil, incapaz de conferir força e sentido a ações que independem da interferência do poder público e, também, de influenciar decisivamente nas formulações políticas governamentais.

O segundo eixo refere-se a como os governos constituídos têm concebido e implementado a política social, a qual, para ser verdadeiramente conseqüente, deve dotar-se de articulação, coerência e equilíbrio entre os esforços orientados para o crescimento econômico e o compartilhamento de seus benefícios. Aqui o vetor, embora rico e forte,

é incapaz de estabelecer organicidade necessária para fazer do crescimento um instrumento de política equânime e justa.

A visão da globalidade explica e justifica o enfoque amplo que se pretende dar ao projeto e, ao mesmo tempo, sua dimensão enquanto componente da política social do Governo na Nova República.

Baixa produtividade do ensino

É indiscutível que a construção ou inadequação na oferta de vagas responde, em boa medida, pelas restrições de acesso à escola; contudo, a outra vertente do problema da educação básica tem a ver com a repetência e a evasão, que alcançam sobretudo as camadas menos favorecidas.

A repetência e a evasão decorrem, de certo modo, da adoção de programas que conflitam com a realidade experimentada pelas crianças, do que resultam conteúdos mal-assimilados e de utilidade duvidosa na melhoria das condições de vida e na preparação para o exercício consciente da cidadania. As impropriedades dos currículos e a falta de integração entre conteúdos têm levado ao esfacelamento do trabalho escolar.

A superficialidade com que, freqüentemente, são tratados os conteúdos curriculares, a repetição desnecessária e a marcante presença de temas acessórios são outros fatores que têm provocado desinteresse, reprovação e evasão.

Essa situação é agravada pela ausência de bibliotecas e materiais didáticos de pesquisa e de demonstração, sobretudo nas séries mais adiantadas, e nas escolas de áreas mais pobres.

Ainda no tocante à baixa produtividade, deve-se considerar a interferência de fatores outros, não estritamente relacionados com o setor educacional, conquanto sejam causas determinantes

do problema. Entre esses fatores, salientam-se as carências nutricionais que vitimam a grande maioria da clientela da escola pública e alunos das instituições que prestam assistência à população de baixa renda.

É também evidente que o baixo nível de renda das famílias, principalmente nas periferias urbanas e na zona rural, tem inibido consideravelmente a possibilidade de aquisição de material escolar mínimo necessário ao desenvolvimento das atividades pedagógicas dos seus filhos.

Aviltamento da carreira do magistério

Ademais da deplorável situação dos professores que percebem retribuição inferior ao salário mínimo, é inquestionável que, sobretudo nas últimas décadas, vem-se registrando um crescente aviltamento do *status* social da carreira docente, de que resultam deficiente preparo técnico, falta de identificação profissional e eventual descompromisso com os resultados do trabalho.

É verdade que essa deterioração ocorreu simultaneamente com o surgimento de novos mercados de trabalho e com a expansão dos sistemas de ensino. Entretanto, as suas causas se relacionam, principalmente, com os deficientes padrões de ensino nos cursos de preparação para o magistério, os baixos níveis salariais, a ausência de critérios democráticos no recrutamento e seleção e a falta de segurança quanto à ascensão funcional.

Vale ressaltar que, no caso das escolas em periferias urbanas e na zona rural, verificam-se alta mobilidade e baixa assiduidade, ambas desastrosas para o rendimento escolar.

Inexistência de um adequado fluxo de recursos financeiros para a educação básica

Não há lugar a dúvidas quanto ao descumprimento das obrigações do setor público para com a educação do povo, em termos de destinação de recursos financeiros. De fato, a União, estados e municípios não se dispõem sequer a alocar recursos orçamentários compatíveis com os requisitos mínimos indispensáveis à manutenção e expansão dos serviços de educação básica. Conseqüentemente, a responsabilidade civil do cidadão (a educação é direito de todos), o cumprimento da obrigatoriedade escolar (dever do Estado) e a qualidade do ensino (direito e dever de cada um) passam à condição de letra morta.

Responder a esse desafio significa, pelo menos, concretizar o disposto no § 4º do art. 176 da Constituição Federal — Emenda João Calmon —, caminho que deverá ser percorrido por todos os entes federativos.

Insuficiência e má distribuição espacial de vagas nas escolas

A simples constatação de que ainda existem 3 milhões de crianças, na faixa de escolaridade obrigatória dos 7 aos 14 anos de idade, fora do sistema regular de ensino, já seria razão suficiente para aquilatar-se a relevância desse componente na problemática da educação básica nacional. Nada obstante, acresce salientar as diferentes taxas de escolarização, a desigual cobertura do sistema educacional entre a zona urbana e a rural, ou entre regiões, bem como o regime de apenas três horas de aula diárias a que estão submetidas as crianças que, em grande número, ingressam em escolas com três turnos.

A despeito de tudo, porém, não se pode desconhecer a existência de instalações físicas e equipamentos ociosos, o que traduz um mau emprego de recursos escassos. É indispensável, pois, assegurar-se máximo proveito da capacidade instalada, mesmo admitindo que se tem pouco do que é necessário para operar o sistema de ensino básico no País.

A proposta de educação básica

Educação para Todos, meta consignada no Compromisso com a Nação — documento que encerra os fundamentos e diretrizes da Nova República —, será um plano voltado para a universalização da educação básica, atentando-se para a qualidade do ensino e para a mobilização e participação da sociedade.

Para alcançar-se esse propósito, é imprescindível que se proceda a mudanças de comportamento. Mudanças, vale aduzir, que demandam envolvimento, mobilização de forças; enfim, construção de um novo sentido de responsabilidade social ante a questão educacional, tanto na sociedade quanto no âmbito do próprio setor. Essa é, talvez, a mais importante, difícil e também a mais significativa tarefa a que o plano se propõe.

OBJETIVOS

O plano de educação básica deverá contemplar os seguintes objetivos específicos:

Estimulação da consciência nacional quanto à importância político-social da educação:

- desenvolvimento de ampla campanha nacional de valorização da educação como instrumento de viabilização da proposta de educação básica;
- orientação da ação política do Ministério para a busca de adesão dos organismos do Estado ao esforço de equacionamento da questão da educação básica;
- desenvolvimento, por parte dos governos estaduais, de esforço adicional no sentido de assegurar em suas regiões atendimento à educação básica com padrões mínimos de qualidade.

Melhoria da produtividade da educação básica, através de:

- definição de uma proposta político-pedagógica que tenha correspondência com os reais interesses da sociedade e preserve espaço para as peculiaridades locais e regionais;
- reestruturação da primeira série do 1º grau, tendo em conta a melhoria da qualidade de ensino e a revisão dos critérios de avaliação e promoção;
- elevação da jornada escolar para um mínimo de quatro horas diárias;
- resgate da importância social das camadas populares e da sua cultura como elemento fundamental no processo de elaboração do saber;
- participação do aluno e da família no processo de planejamento e avaliação das

atividades educativas;

– adoção de mecanismos de acompanhamento do aluno na escola, ao nível do sistema escolar e da própria escola, permitindo um efetivo controle da evasão e da repetência;

– garantia de merenda escolar, livro e material didático a todos os alunos matriculados na rede oficial de ensino.

Valorização do magistério, especialmente no tocante aos seguintes aspectos:

– garantia de um piso salarial condigno para os professores em efetivo exercício na sala de aula;

– estabelecimento de normas de recrutamento e seleção democrática e de planos de carreira que valorizem o mérito e a experiência;

– desenvolvimento de amplos programas de formação e aperfeiçoamento do magistério, recorrendo-se a ações que envolvam desde o ensino a distância até o treinamento em serviço;

– revisão dos programas de formação do magistério.

Regularização e expansão do fluxo de recursos para financiamento da educação básica:

– efetivação, no mundo real e concreto, das obrigações do Estado para com a educação do povo e não no limite mínimo estabelecido, mas em patamar que permita resgatar o débito acumulado pelo não-cumprimento de seu papel;

– reordenamento do uso de recursos institucionais e legais em vigor, estabelecendo-se novos padrões de relacionamento e desempenho do instrumental que opera a ação no setor e adequando esses padrões às idéias de descentralização administrativa, de desconcentração do poder.

Ampliação das oportunidades de acesso e retorno à escola de 1º grau, mediante:

- a expansão e recuperação da rede física, com base em criterioso planejamento, visando a atender não apenas à demanda insatisfeita e ao seu crescimento vegetativo, como também àquela decorrente da diminuição dos turnos;
- a utilização, em caráter provisório, de espaços não especificamente destinados à escola;
- o provimento de mobiliário, equipamento e material escolar de uso coletivo;
- o aperfeiçoamento e intensificação das atividades de teleeducação e informática no processo de ensino-aprendizagem.

FLEXIBILIDADE E OPERACIONALIDADE

O elenco de objetivos que se associou à proposta de educação básica — Educação para Todos — não permite que se conclua tratar-se de um projeto fechado; ao contrário, sujeito à avaliação e revisão permanentes, haverá sempre a possibilidade de alteração ou incorporação de novas diretrizes.

De qualquer forma, é indispensável que se promova a execução de um programa de ação imediata, a partir dos objetivos especificados na proposta de educação básica. Será um programa dotado de indispensável operacionalidade, capaz de converter-se em instrumento adequado para mobilização social e para articulação interinstitucional. Nessa articulação deve ser ressaltado o papel preponderante dos governos estaduais e das secretarias de Educação das unidades da Federação (estados e territórios) como os grandes agentes mobilizadores em suas áreas de atuação.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL

É condição essencial à viabilização do programa de ação imediata transformar a questão da educação básica em demanda social explícita. Nesse sentido, os esforços devem ser dirigidos para drenar as energias sociais contidas nas instituições públicas, nas escolas, nas instituições intermediárias e nas famílias, para fixar-se o problema educacional como prioridade nacional decorrente do querer coletivo.

Há que promover-se um amplo e generalizado comprometimento com a questão educacional, a partir dos agentes políticos, das instituições públicas, das igrejas, dos sindicatos e associações de classe, das entidades comunitárias e clubes de serviços, dos empresários e trabalhadores, das escolas e da comunidade acadêmica, entre outros. Na realização desse propósito, assumem papel importante os meios de comunicação, à medida que tornam possível uma mobilização universal e contínua.

ARTICULAÇÃO ENTRE O GOVERNO E A SOCIEDADE

A execução do programa de ação imediata impõe, além disso, novos padrões de relacionamento e de desempenho dos instrumentos que operam a ação no setor, de modo a adequar esses padrões às idéias que sustentam a concepção da Nova República — fortalecimento da Federação, repartição de compromissos e responsabilidades entre Governo e sociedade, descentralização administrativa, desconcentração do poder, exercício pleno das regras de convivência democrática e de solidariedade no trato da coisa pública.

Isto significa agilizar a máquina administrativa, fortalecê-la em competência, conceder-lhe recursos necessários ao exercício de seu poder, exatamente na instância em que se encontrar.

Significa corrigir a legislação casuística e imediatista, liberando as administrações locais para conformar as suas decisões às próprias realidades e necessidades.

Significa, também, capacitar o sistema educativo a forjar, nos cenários em que o processo se desenvolve, as suas próprias soluções.

É imperioso salientar que o êxito do programa, no que concerne às ações afetas ao setor público, fica na dependência da adesão dos governos estaduais e municipais, aos quais, de resto, compete executar o programa a partir de financiamentos federais.

No que diz respeito aos projetos federais de educação básica, deve-se proceder a uma revisão programática, promovendo-se uma convergência de objetivos com a proposta de educação básica e, a curto prazo, com o programa de ação imediata.

Desse modo, os projetos assumirão características específicas, de conformidade com a população e região beneficiárias, conquanto guardem convergência com os objetivos gerais do plano.

Mecanismo fundamental para operacionalização do plano de educação básica será a constituição de comissões municipais — ou distritais, nos municípios de grande porte —, integradas por representantes das secretarias municipais de Educação (ou órgãos equivalentes), câmaras de vereadores, igrejas, associações docentes e discentes, sindicatos patronais e de operários, associações comunitárias e outros segmentos da sociedade mais diretamente comprometidos com a questão educacional.

As comissões municipais será cometida a tarefa de subsidiar permanentemente as instituições educacionais no atinente ao mapeamento das necessidades relativas à universalização da educação básica e ao planejamento e avaliação das medidas voltadas para evitar-se a evasão escolar, afora serem o canal de informação entre a comunidade, a escola, os professores e os alunos, no que diz respeito às metas e aos recursos relacionados com a educação básica do município.

PROGRAMA DE AÇÃO IMEDIATA

Porquanto simples, factível e verificável, o programa de ação imediata será implantado neste exercício. Todavia, deve, em razão da complexidade e magnitude dos problemas de educação básica, ser continuamente enriquecido pela justaposição de outras metas — seja em virtude da ampliação da cobertura dos objetivos contemplados no plano de educação básica, seja em vista da revisão desses mesmos objetivos.

Vale salientar que a adoção de medidas específicas em cada região deverá atender ao princípio da diversificação, a fim de que não se ampliem as desigualdades regionais.

Deverá fazer parte do programa de ação imediata uma ampla negociação que reflita a participação dos vários níveis governamentais, bem como de outros setores da sociedade na resolução do problema da educação básica.

O programa de ação imediata — núcleo embrionário do plano Educação para Todos — deverá absorver recursos para execução dos seguintes projetos:

Valorização do magistério de educação básica, através:

- do aperfeiçoamento dos docentes e da capacitação e qualificação dos leigos;
- da complementação salarial aos professores de primeiro grau, de modo a lhes propiciar retribuição não inferior ao salário mínimo vigente;
- do Plano de Carreira do Magistério Estadual e Municipal.

Ampliação das oportunidades de acesso e retorno à escola de 1º grau, especialmente mediante:

- a expansão, o reordenamento e a recuperação da rede física;
- a normalização da trajetória escolar.

Assistência a todo aluno carente pelo fornecimento de:

- livro e material didático;
- merenda escolar.

O compromisso de uma proposta pedagógica

Educação para Todos — este é, sem dúvida, um dos maiores desafios do novo momento histórico que estamos a viver. Para enfrentá-lo, aqui estamos reunidos, Sr. Presidente José Sarney, cumprindo recomendação de V. Ex.^a para iniciarmos a mobilização visando à execução desse objetivo.

Universalizar o ensino e erradicar o analfabetismo — estas são as grandes metas. Tornar realidade o preceito constitucional da obrigatoriedade e gratuidade do ensino de 1.^o grau — este é o nosso compromisso.

Em uma sociedade verdadeiramente democrática, a educação, além de pluralista, deve assegurar a igualdade de oportunidades para todos. A igualdade de oportunidades se efetiva quando todos tiverem o direito de acesso ao ensino — de boa qualidade — independentemente de sua posição social, de sua condição econômica, ou de seu *status* político.

Convém lembrar ainda que a Nova República — usando a expressão do inesquecível Presidente

Tancredo Neves, ao definir o novo ciclo histórico em que vivemos — tem como meta não apenas consolidar as instituições democráticas, como também redirecionar o nosso modelo de desenvolvimento, de sorte que o Estado deixe de ser o “Estado-empresário” para se converter no “Estado de promoção social”, e assim possa libertar muitos de nossos irmãos da mais cruel de todas as privações: a que lhes impede de desempenhar o pleno exercício da cidadania.

Para isso, urge assegurar, desde já, o advento de uma educação global e permanente que não cesse com a simples alfabetização, nem se esgote com alguns anos de precária ou deficiente escolaridade.

Tenho consciência de que, para reverter o quadro da atual educação básica brasileira, é preciso ir mais além. Faz-se necessário repensar todo o processo educativo para torná-lo democrático, bem como libertar a escola das suas tarefas compensatórias, devolvendo-lhe o relevante e essencial papel de bem ensinar a ler, escrever, contar e desenvolver no aluno as habilidades básicas que lhe permitam uma atitude crítica diante da realidade.

Isso nos impõe a tarefa de remover preconceitos, exercitar a capacidade criativa, vencer a rotina e superar as naturais resistências de estruturas estratificadas, para o que é preciso crença, coragem, persistência e obstinação.

É preciso ainda que a educação e o ensino não sejam entendidos como uma questão a ser tratada somente como dever e responsabilidade política do Estado. Por sua magnitude, premência e dimensões, deve ser encarada como responsabilidade do Estado e de todas as demais instituições da sociedade.

Instrumentos de viabilização da proposta

O êxito de um trabalho dessa natureza e extensão não é, portanto, tarefa apenas do Governo — e muito menos de um governo. Essa tarefa, terá, certamente, que ser desenvolvida pelos governos — federal, estaduais e municipais — com a participação ativa e articulada de toda a sociedade através de suas instituições intermediárias: sindicatos, clubes de serviço, igrejas, associações patronais e liberais.

Nunca é ocioso repetir: se a educação é direito do cidadão e dever do Estado, é, igualmente, obrigação coletiva de toda a sociedade.

Por isso, o êxito da proposta que ora se oferece à Nação, a de partir do reconhecimento da grande importância da educação como instrumento de mudança, pressupõe o deflagrar de uma mobilização de toda a sociedade. Mobilização essa que se volta prioritariamente para:

— Valorização do magistério de educação básica, através:

a) do aperfeiçoamento e da habilitação dos docentes;

b) da capacitação e qualificação dos leigos;

c) da complementação salarial aos professores de primeiro grau, de modo a lhes propiciar retribuição não inferior ao salário mínimo vigente;

d) do Plano de Carreira do Magistério Estadual e Municipal.

— Ampliação das oportunidades de acesso e retorno à escola de 1.º grau, especialmente mediante:

a) a expansão, o reordenamento e a recuperação da rede física;

b) a normalização da trajetória escolar.

— Assistência a todo aluno carente, mediante o fornecimento de:

a) livro e material didático;

b) merenda escolar.

Para auxiliar na consecução da nossa proposta de estender os benefícios da educação a todos os brasileiros, o Mobral reorientará as suas ações e passará a ter como objetivos fundamentais:

— a capacitação e a qualificação de professores leigos para o ensino básico;

— o fortalecimento das estruturas municipais de ensino;

— a promoção da educação básica para jovens e adultos.

Espaço para o cidadão na gestão da República

Um pacto verdadeiramente democrático, Senhor Presidente José Sarney, inspirado no moderno liberalismo, tem como pré-requisito a igualdade de direitos e deveres que só a educação

pode fornecer a todos, indistintamente.

Pacto entre desiguais é ilegítimo pela própria desigualdade que separa a sociedade em beneficiários de seus bens e os que estão dele privados. Não basta a solidariedade para tornar menores as desigualdades políticas e a distância que separa social e politicamente os homens. O que desejamos, dentro das aspirações do ideal liberal, não é somente universalizar a educação, definida como obrigatória e gratuita, e inscrita como dever da família e do Estado pelas constituições brasileiras. Isso significaria simplesmente perpetuar as desigualdades sociais. Precisamos, sim, promover a melhor educação possível para todos, a igualdade de oportunidades de acesso a esse bem social que, em um país como o Brasil, adquire enorme significado.

A mudança da educação não poderá nem generalizar-se, nem aprofundar-se se não existir um processo simultâneo de democratização do Estado, que abra espaço para uma mais ampla participação dos cidadãos na gestão da República. A Nova República dispõe-se a oferecer esse espaço, que deverá reger todo o "que fazer" educativo da sociedade, tanto no âmbito da gestão como no da administração, na oferta de oportunidades educativas como no tipo de educação que esta proposta está oferecendo.

A esse dever não podemos fugir sob pena de faltarmos à tarefa de consolidar a experiência democrática e descumpriremos o propósito de promover um desenvolvimento que seja símbolo de justiça social. Para esse intento será necessária uma ampla articulação dos governos federal, estaduais e municipais e o apoio decisivo dos parlamentares, dos secretários de Educação, dos conselhos de Educação, dos técnicos, dos educadores, das associações de classe. É preciso o compromisso de todos.

Esse compromisso, Vossa Excelência, Presidente José Sarney, começa a resgatar, em decisão histórica, ao aprovar a proposta Educação para Todos, que é o melhor caminho para a mudança.

**Discurso do Ministro Marco Maciel no
lançamento da proposta Educação para
Todos – Brasília – 31/5/85**

Universalização do acesso à escola

Estamos aqui reunidos para uma grande e uma nobre tarefa: darmos início à modificação do atual quadro do ensino básico em nosso país.

Ao lançar este programa, assinalo que o Governo dá um passo firme no propósito de assegurar educação fundamental para todos, diretriz que se inscreve entre os compromissos impostergáveis e fundamentais com a nação brasileira, que nós todos assumimos através da Aliança Democrática.

A sociedade não pode conviver com a dramática realidade formada por milhões de crianças fora da escola. Se não soubermos conduzir nossas energias para superação desse quadro, certamente estaremos comprometendo o nosso futuro. Jamais seremos uma nação efetivamente livre se o Estado não cumprir o indeclinável dever de proporcionar igualdade de oportunidades educacionais.

Educação para Todos, programa que hoje submetemos à Nação, é um testemunho da inabalável determinação da Nova República em propiciar a universalização da educação pública. A universalização da educação reclama uma ampla mobilização social, capaz de reabilitar a educação como valor, capaz de possibilitar uma permanente

revisão de objetivos e capaz, enfim, de despertar a consciência nacional para o significado político e social da educação.

O programa hoje lançado — Educação para Todos — deverá voltar-se para a elevação da produtividade do ensino, preservando espaço para as peculiaridades locais e regionais. Esses objetivos somente serão alcançados mediante decisiva atuação do professor, condignamente remunerado e dispendo de adequadas condições de preparo e de trabalho.

Incumbe ao programa ampliar as oportunidades de acesso à escola, recuperar e reequipar a rede física, a fim de atender à demanda do ensino básico, observando-se, nesse sentido, um criterioso sistema de planejamento. Não basta matricular; é indispensável que o aluno disponha de condições para permanecer na escola. Especialmente em razão da situação de pobreza do nosso povo, constituem requisitos imprescindíveis à consecução desse intuito o fornecimento de merenda escolar durante todo o ano letivo e a distribuição de livro didático e material escolar em toda a rede pública.

Ao destacar esses objetivos, o programa Educação para Todos revela, como singular característica, a simplicidade e a viabilidade. Simples, porque reúne metas de fácil verificação; viável, porque não mediremos esforços — a despeito das dificuldades financeiras e econômicas que experimenta o País — para alocar os recursos necessários à sua execução.

Tenho a convicção de que a Nação não faltará com seu apoio à implantação das metas consignadas neste programa, porque tenho a maior certeza de que a educação é o verdadeiro caminho da mudança, que é hoje a grande exigência do povo brasileiro.

Rendo também, neste instante, a minha

homenagem pelo esforço desenvolvido pelo
Ministro Marco Maciel na deflagração dos objetivos
constantemente do nosso programa de governo.

Discurso do Presidente José Sarney por ocasião do lançamento do programa Educação para Todos no Palácio do Planalto – Brasília – 31/5/85



EDITORA GRÁFICA IPIRANGA LTDA
SIG. Qd. 6, Lote 2.200
Fones: 224.1897 e 225.4592
Brasília - DF

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Esplanada dos Ministérios – Bloco L – 9º andar
Fones: 223-2209 – 223-9297

